

Do Modelo Sistêmico Linear Turístico ao da *Unitas-multiplex*. Uma Análise Crítica da Corrente Sistêmica e Suas Limitações no Campo Turístico¹.

Vander Valduga²

Professor e orientador do curso de Bacharelado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, Campus Universitário da Região dos Vinhedos.

Resumo

A construção teórica recente no campo do turismo foi influenciada pela teoria dos sistemas/estruturalista, com um olhar linear no sentido *input-output*. Seguiu o curso da ciência clássica que objetivava a separação dos elementos, inclusive na relação sujeito/objeto generalizando os resultados. O presente estudo visa apontar algumas limitações da análise sistêmica no turismo e de seu objeto de estudos, e mostrar outra possibilidade a partir da teoria da complexidade, com base nos estudos de Edgar Morin. Objetivou-se re-posicionar o sujeito turístico como produtor e produto do turismo, ampliando as possibilidades de compreendê-lo no espaço e no tempo.

Palavras-chave: Turismo; Teoria dos Sistemas; Complexidade.

1. O Olhar Sistêmico no Turismo

O presente artigo é fruto de uma reflexão bibliográfica do autor, sem a pretensão de ter uma aplicabilidade ou construção de modelos com um fim prático. É uma simples reflexão a partir de alguns pontos de vista no sentido de uma apreensão da práxis turística, ou do turismo como uma prática social. Estudaram-se alguns autores - Beni (2004), Molina (2000) e Sessa (1983) - que interferiram na abordagem sistêmica do turismo brasileiro, especialmente nos últimos 20 anos, e que permitiram um avanço para um olhar mais complexo do fenômeno turístico.

Ludwig Von Bertalanffy (1901-1972), pesquisador alemão, foi considerado precursor do Sistemismo. Fez seus estudos em Biologia, com abordagem orgânica, de forma interdisciplinar, com aplicação para as Ciências Sociais, a Psicologia, Matemática, Física, entre outras ciências. Von Bertalanffy (1975, p. 28) cita que a necessidade da Teoria dos

¹ Trabalho apresentado ao GT 5: “Abordagem Histórico-Crítica do Turismo” do V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR) – Caxias do Sul, 27 e 28 de junho de 2008.

² Bacharel e Mestre em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul, doutorando em geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. vvaldug2@ucs.br

Sistemas “resultou do fato do esquema mecanicista das séries causais isoláveis e do tratamento por partes ter se mostrado insuficiente para atender aos problemas teóricos”.

A Teoria Geral dos Sistemas é uma ciência geral da totalidade. “Seu objeto é a formulação de princípios válidos para os ‘sistemas’ em geral, qualquer que seja a natureza dos elementos que os compõem e as relações ou ‘forças’ existentes entre eles.” (VON BERTALANFFY, 1975, p. 61). Entende-se que a Teoria Geral dos Sistemas parte de um complexo de componentes em interação e busca organizá-los num todo. Esse todo, de acordo com a concepção de Von Bertalanffy (1975), é mais do que soma das partes.

Para proceder a uma análise sistêmica do turismo, como fenômeno/prática social, serão abordadas três obras de autores importantes dentro da Teoria dos Sistemas no turismo: Mário Carlos Beni (2004), Sergio Molina (2000) e Alberto Sessa (1983). Outros teóricos importantes trabalharam a teoria sistêmica dentro do turismo, como Roberto Boullón, Pierre Lainé, entre outros. Porém, a escolha de Beni, Molina e Sessa deve-se ao fato de terem influenciado uma significativa parcela de estudantes e pesquisadores brasileiros do turismo, interferindo na prática, no planejamento e nos cursos de graduação em turismo. Excluiu-se também propositalmente a perspectiva fenomenológica de Molina em trabalhos posteriores, especialmente pela manutenção da separação sujeito/objeto e da condição do ócio como condição interna do sujeito para a prática turística, o que não exclui a importância da presente análise.

Tanto Beni (2004) quanto Molina (2000) afirmam que a teoria sistêmica surgiu nos últimos anos para contrapor a visão parcial das disciplinas, o reducionismo, a visão mecânica e que ela transcende a abordagem analítica dos fenômenos. Molina cita que “o modo de pensar mecanicista é um produto ideológico resultante da revolução industrial do século passado” (p.29).

Para Beni, conforme figura 1 (p. 04), pode-se configurar o diagrama de contexto do Sistema de Turismo (Sistur), que permite visualizar três grandes conjuntos: o das Relações Ambientais, o da Organização Estrutural e o das Ações Operacionais, bem como seus componentes básicos e as funções primárias atuantes em cada um dos conjuntos e em interação no sistema total. Os autores qualificam o sistema turístico como um sistema aberto, dada a dificuldade de limitar seu ambiente, porém, não é objetivo do sistema delimitá-lo.

O crescimento desse sistema pode se dar por uma série de variáveis, uma das quais é a capacidade de suporte dos ecossistemas naturais, entendidos por Beni (2004) como matérias-primas do sistema. O autor entende que, na prática, o que se constata é que as forças

regeneradoras ou conservadoras da qualidade dos atrativos turísticos naturais e ecológicos são inibidas pela ação de forças, com objetivos claros, como a manutenção de certos interesses econômicos em detrimento de ecológicos.

Para Sessa (1983, p. 26), a partir dos anos 60, a atividade turística passou a ser “uma forma de neo-colonialismo, onde o interesse econômico era aquele das chamadas multinacionais, que realizavam investimentos no setor e não no interesse geral do país em questão”.

A exploração do ambiente natural é uma constante, especialmente no Brasil e em outros países do chamado terceiro mundo, como o México. Essa exploração é imposta por um modelo globalizador submisso ao econômico e que se transfigura em grandes obras como alguns guetos. (KRIPPENDORF, 2001).³ No entanto, com o objetivo estritamente lucrativo e com uma visão industrial de curto prazo, o turista é tratado como mero consumidor, havendo quase sempre uma exploração de preços nos destinos. O desequilíbrio dentro dessa dinâmica é cada vez mais evidente, uma vez que as características ontológicas do turista, suas interfaces com o ambiente natural, com a população local, e com os subsistemas são geralmente ignoradas.

No que se refere ao conjunto das relações ambientais, Beni (2004) cita os quatro subsistemas que o compõem e que interagem entre si: o ecológico, social, econômico e cultural, de acordo com a figura 1 (p. 4). O último subsistema, o cultural, que interage com o subsistema ecológico, segundo o autor, torna-se mais explícito devido à preocupação dos cientistas quanto à sustentação da vida planetária e do Sistur. (BENI, 2004, p. 55).

O sistema do turismo é apresentado por Sessa (1983, p. 47) a partir da oferta, como os “três semi-agregados da atividade turística”. O primeiro semi-agregado, para ele, constitui as matérias-primas, que são os recursos naturais e humanos. A infra-estrutura de base compõe o segundo semi-agregado, como: transportes, comunicações, esgotos e aquedutos. O terceiro semi-agregado são as superestruturas turísticas, compostas por hotéis, alojamentos, restaurantes, equipamentos de diversão e esportes, entre outros equipamentos “constituídos em maneira exclusiva e direta para a satisfação das necessidades turísticas”. (p. 48).

³ Esses “guetos” a que se refere o autor são grandes *Resorts* e hotéis de lazer, nos quais não há contato do turista com a população local. A população local também não participa dessa estrutura de lazer instalada, sendo exclusiva aos hóspedes. Cita-se o exemplo de Cancun, no México, e boa parte do Litoral do Nordeste brasileiro, como exemplos, sendo que alguns *Resorts* possuem praias privadas para uso exclusivo.

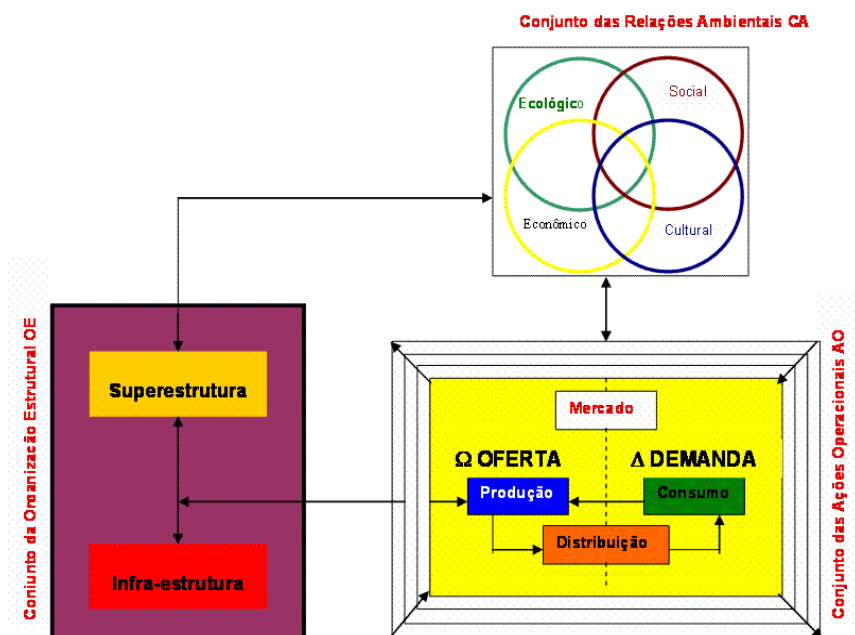


Figura 1: Sistema de turismo (Sistur)
 Fonte: Beni 2004 (p. 48)

Molina (2000, p. 40), no entanto, apresenta a estrutura do sistema turístico conforme figura 2. Para ele, os subsistemas do sistema de turismo são: a) superestrutura (organismos oficiais e privados); b) demanda (turistas e suas necessidades físicas e espirituais); c) atrativos (sítios naturais, museus e manifestações culturais, folclore, realizações técnico-científicas, eventos programados); d) equipamentos e instalações (hoteleiros, alimento e bebidas), e) infra-estrutura, que Molina afirma servir também para a gestão de outras atividades econômicas (vias de acesso, redes de telefonia, entre outras); f) comunidade local. (MOLINA, 2000, p. 38-39).

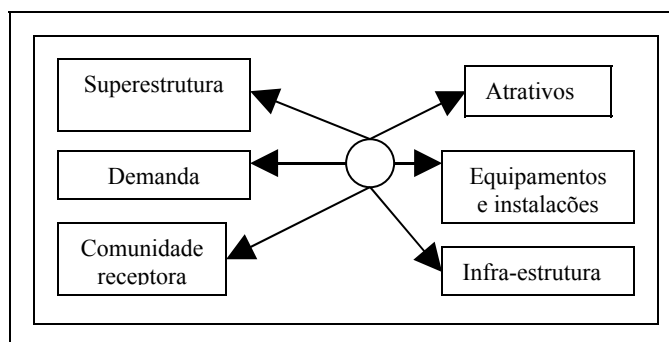


Figura 2: Sistema turístico
 Fonte: Molina (2000, p. 40)

Molina, à luz da Teoria dos Sistemas, entende o turismo apenas como um segmento da atividade econômica.

Essa perspectiva economicista, de certo modo, é corroborada por Beni (2004), quando trata das categorias do espaço. Ele caracteriza o espaço em real, cultural, potencial, natural adaptado, artificial, natural, virgem, vital e turístico. Justifica que o espaço turístico se desenvolveu em substituição à noção errônea de região turística, visto que o espaço turístico é “entrecortado”, não contínuo. Afirmar que “o espaço turístico é a matéria-prima do turismo”, e que seus componentes são: zona, área, complexo, centro, unidade, núcleo, conjunto, corredor, corredor de traslado ou transporte e corredor de estada ou estadia turística (p. 56-57). Embora Beni não se refira ao turismo como indústria, não a separa do turismo durante sua abordagem no modelo Sistur. Ela é evidenciada na utilização das expressões “matéria-prima do turismo” ou “o produto não viaja até o consumidor, mas este para aquele”. (p. 58). Em relação ao espaço turístico, Sessa (1983, p. 42) afirma que, para se ter um pólo, vários núcleos ou unidades motrizes teriam de estar interligados, e esses núcleos seriam representados pelas empresas hoteleiras. Beni (2004) discorda da perspectiva de pólo turístico apresentado por Sessa (1983), pois escreve que o espaço turístico é entrecortado.

Molina (2000) apresenta a indústria turística como um produto da civilização industrial, orientada para fins fundamentalmente econômicos, que se constituem na resposta para satisfazer as demandas próprias do tempo livre. Segundo ele, o modelo *indústria* foi consequência da Revolução Industrial. Como outras consequências, o autor cita a dependência histórica, desde a formação dos países latino-americanos em relação a países do chamado primeiro mundo, como os Estados Unidos e algumas metrópoles européias. Enfatiza a relação centro *versus* periferia (domínio tecnológico), que condiciona a divisão internacional do trabalho. A partir dessa divisão, o autor justifica que certos países se transformaram em países de ócio e outros em países de trabalho. Tanto Beni (2004) quanto Molina (2000) e Sessa (1983) concordam na dependência dos países chamados subdesenvolvidos para algumas nações do chamado primeiro mundo. Em relação aos países de ócio, De Masi (2000, p. 79) cita que “o trabalho do tipo tradicional continuará a diminuir cada vez mais e que, portanto, teremos sempre mais tempo livre”. Em relação à dependência dos países do terceiro mundo, De Masi (2000, p. 82) escreve que as “exigências dos países ricos mudaram: antes precisavam de matéria-prima, agora necessitam de mão-de-obra para suas exportações”. No mesmo sentido da relação entre países de ócio e países de trabalho, Rifkin (2005, p. 41) cita que, em uma série de países europeus, a semana de trabalho média já é de 39 horas ou menos, e a maioria dos países está se inclinando para a semana de 35 horas, como na França. Isso, segundo o autor, fez com que o consumo em cafés, restaurantes e lojas aumentasse. Por outro

lado, escreve que “milhões de consumidores abastados em países industriais avançados têm uma dieta rica em consumo de carne bovina, sem jamais suspeitar da relação existente entre sua opção alimentar e o aumento da pobreza no Terceiro Mundo”. (RIFKIN, 2005, p. 340).

A crítica que se faz aos autores sistêmicos do turismo em questão é em relação ao fato de não definirem claramente o objeto de estudos do turismo, com exceção de Beni, que coloca como centro de análise a empresa de turismo. A ótica de análise foi feita a partir do consumo, da oferta e da demanda, do deslocamento em si ou do *modus operandi*. Nota-se uma perspectiva industrial na análise do turismo feita pelos autores, embora critiquem, especialmente Beni (2004) e Molina (2000), essa abordagem.

Molina (2000) afirma que a indústria turística não é sinônimo de turismo. “Pode-se afirmar que o turismo é o todo e que uma das formas em que se manifesta é denominada indústria”. (p. 52). Para ele, os princípios para essa indústria são: uniformização, especialização, sincronização, concentração, maximização e centralização.

Na análise do subsistema econômico da figura 1 (p.27), Beni enfatiza sua perspectiva economicista do turismo:

O turismo move-se na esfera do econômico. A conjuntura econômica é condicionante permanente de sua evolução, tanto na ordem micro quanto na macroeconômica. Se o aspecto social, que de certa forma o configura, tem fundamental importância para o sujeito da ação e pelos fins sociais que o motivam, desde o momento em que o turista está obrigado a submeter-se à situação econômica [...], o fenômeno há de ser considerado nesta classe de modelo. (2004, p. 64).

Para o autor, o turismo é manifestação e contínua atividade produtiva, que se acha submetida a todas as leis econômicas que atuam nos demais ramos e setores industriais ou de produção. Nessa análise conclusiva, Beni (2004) parte do deslocamento em si. O ser errante, motivo da existência do turismo, tem um tratamento marginal. Assim, o econômico se transformaria, nessa análise, em supersistema, dada a relevância atribuída a ele, como condição primícia para a existência do turismo. No mesmo sentido, esse subsistema foi descrito no seu aspecto funcional/pragmático, a partir da ação dos fluxos, de pessoas, dos serviços, das informações, interligado a um centro regulador, de controle político ou econômico. Essa descrição se adequou a um sistema de empresa turística, agência de viagem, hotel, etc., que não representa o conjunto total dos elementos turísticos de uma região. Isso quer dizer que não representa o turismo. Sessa havia apontado para o caráter humano do turismo, embora tenha mudado o centro da análise ao longo de sua obra. Para ele, “no turismo

o epicentro do fenômeno é de caráter humano, pois são os homens que se deslocam e não as mercadorias”. (1983, p. 28-29).

Em relação ao subsistema social (figura 1, p. 4), Beni (2004) analisa a mobilidade e o turismo, suas relações diretas e influências múltiplas, auxiliadas por meios de transportes eficientes e por potentes meios de comunicação. Nessa mesma análise, o autor trata dos aspectos psicossociais do turismo, atendo-se à importância da interdisciplinaridade do turismo auxiliado pela Psicologia, pela Sociologia e pela Psicologia social.

Para Mira y López, (apud Beni):

[...] sem dúvida em todos os tempos existiu mais ou menos latente, em uma considerável porção da humanidade, a tendência de evadir-se, de mudar de lugar; a curiosidade das paisagens e imagens desconhecidas, o desejo de transplantar-se voluntariamente a outros solos ou, inclusive, se fosse possível, a outros mundos. (2004, p. 81).

Percebe-se o intuito do autor em não reduzir o fenômeno turístico a apenas uma área do saber, através da interdisciplinaridade. Porém, não há uma ruptura epistemológica de um paradigma determinista, linear, de uma visão industrial do turismo. Essa visão linear do turismo é enfatizada na análise do subsistema cultural da figura 1. Afirma que o descaso quanto à preservação e conservação da memória nacional é decorrente da dificuldade de se fazer pesquisa cultural para a aplicação em turismo. Essa dificuldade, segundo o autor, é consequência da diversidade da composição racial brasileira, das influências migratórias e da escravidão africana.

O descaso, quanto à preservação cultural, reflete o processo metodológico de elaboração de políticas públicas adotadas por estados e municípios, que são orientadas para fins imediatos, por vezes preconceituosos, o que acaba prejudicando seus meios de execução. Não há um entendimento de parte da maioria dos gestores públicos de que o fim também é um processo, assim como a elaboração de políticas públicas. Os autores em questão tratam das políticas públicas do turismo, dentro do subsistema da superestrutura, como reguladoras, organizadoras e promotoras do fenômeno turístico.

No que se refere ao subsistema da demanda, Beni (2004) afirma que a demanda em turismo é um compósito de bens e serviços que se complementam entre si. O autor afirma que a análise sistêmica é insuficiente no que se refere à demanda. “Deve-se combinar a análise sistemática com um estudo das motivações que levam os indivíduos a viajar, fazer turismo.” (p. 213-214).

Molina (2000, p. 70), ao criticar o modelo de turismo que denominou “indústria turística” afirma que ela, por sua mesma natureza é incapaz de calcular os custos culturais de

sua operação, o que a transforma em máquina que destrói valores e significados, que cria mercadorias ou “produtos”. Afirmar também que “a indústria turística, devido à sua própria constituição histórica, se constitui em um modelo essencialmente canalizador e reproduzidor de uma determinada ideologia”. (p. 71). A partir dessa crítica, Molina propõe outro modelo de análise baseado na concepção humanista, denominado “modelo fenomenológico para o turismo”. Para essa concepção, Molina (2000, p. 109) coloca o ócio, entendido como uma condição de estado interno criativo, como elemento central indispensável para o desenvolvimento do turismo. O ócio é o estado ou a condição essencial que buscam os turistas ou receptores. Esse estado, ou nível de consciência, estrutura e dá forma ao objeto turismo no modelo fenomenológico. Desde o ponto de vista dos turistas, é imprescindível que exista um autêntico tempo livre, de outra maneira não haverá ócio turístico.

O modelo fenomenológico de Molina (2000) pressupõe a exclusão de outras formas de turismo denominadas turismo de eventos e/ou de negócios, que são entendidos aqui como importantes segmentos de análise. Nota-se que, percebendo a insuficiência e as consequências do entendimento do turismo como indústria, Molina elaborou o modelo fenomenológico com o objetivo de globalizar o fenômeno turístico em sua complexidade.

Sessa, ao criticar o modelo industrial do turismo afirma que,

se o desenvolvimento turístico em muitas nações e muitas regiões foi fonte de desequilíbrios econômicos e sociais,[...] o mesmo também se verificou por causa de muitas implantações do tipo industrial. Bastará recordar as famosas “catedrais no deserto” ou os “elefantes brancos”, os quais deram origem a uma excessiva e vertiginosa industrialização, sem uma preventiva e adequada política econômica de sustento, que levasse em conta os vários equilíbrios econômicos e sociais que poderiam ter advindo. (1983, p. 18).

Beni (2004) e Molina (2000) citaram que o paradigma sistêmico, da forma como é apresentado com sua retroalimentação operacional (*input, output*), com o homem mecânico, entenda-se limitado, não é totalizador do fenômeno, embora tenha o objetivo de assumir toda sua complexidade, de ser sistema aberto, principalmente no modelo Sistur apresentado por Beni. O modelo cíclico não é necessariamente perfeito e funcional, visto que o turismo só existe porque existem pessoas que se deslocam por distintos motivos, interagindo com os diversos subsistemas. Entende-se ainda que o homem é um ser complexo e que constitui um todo e é um todo em si. Suas ações não podem somente ser determinadas por mono análises.

O sistemismo, analisado em Beni (2004), Sessa (1983) e Molina (2000), possui uma noção de organização, explicação das relações das partes com o todo, o holismo como uma necessidade de ser o conceito-chave. Ele não permite o diálogo entre a ordem e a desordem;

por isso, embora ele se oponha ao reducionismo, cai em contradição, se auto-simplifica, uma vez que o holismo como totalidade reduz a noção da parte. Assim, para Morin (2001, p. 264), “devemos apoiar a idéia de sistema num conceito não totalitário e não hierárquico do todo, mas, pelo contrário, num conceito complexo da *unitas multiplex*, aberto às politotalidades”. Esse conceito deveria ser aplicado às políticas públicas de turismo, uma vez que, no que se referem à sua aplicação, as partes são manipuladas para um fim totalizador, quase sempre um fim de retorno econômico a curto prazo.

Nesta linha, Morin afirma que,

[...] a visão não complexa das ciências humanas, das ciências sociais, é pensar que há uma realidade econômica, de um lado, uma realidade psicológica, de outro, uma realidade demográfica, de outro, etc. Julga-se que estas categorias criadas pelas universidades, são realidades, mas esquece-se que na economia, por exemplo, existem as necessidades e desejos humanos [...], a dimensão econômica contém as outras dimensões e não pode compreender nenhuma realidade de maneira unidimensional. (1990, p. 100).

A interdisciplinaridade mostra-se como fundamental para o entendimento do turismo e para a compreensão de seu objeto. A economia aplicada ao turismo, ao contrário do exposto por Beni, Molina e Sessa, entendidos por Moesch (2004) como pré-paradigmáticos, não é aplicável à experiência vivida, à troca de sensações entre visitantes e visitados, aos diferentes olhares, à percepção, aos aromas, às cores e a toda a experiência inerente à complexidade do turismo. Nesse sentido, Lemos (2005, p. 27) escreve que “grande parte das contribuições da economia aproxima-se muito mais de métodos da ciência econômica aplicada ao turismo do que da construção da economia do turismo”.

No intuito de buscar um entendimento do fenômeno turístico, a Teoria da Complexidade aponta distintos caminhos a partir da objetividade e da subjetividade humana. Morin (1990, 2000, 2001) abordou uma nova proposta de interpretação do mundo e dos fenômenos que nele ocorrem. O pensamento complexo é muito mais uma noção lógica do que uma noção quantitativa. Para ele, “a complexidade não é uma receita para conhecer o inesperado. Mas torna-nos prudentes, atentos, não nos deixa adormecer na mecânica aparente e na aparente trivialidade dos determinismos”. (1990, p. 120). A partir do entendimento do turismo de forma não industrial, compreende-se que ele é uma constante organização/desorganização. Assim, pode-se romper com os determinismos sistêmicos industriais e abre-se uma possibilidade para entendê-lo como fenômeno complexo a partir da Teoria da Complexidade.

Morin (2000, p. 209-213) trata da complexidade a partir de alguns princípios. São eles:

- a) o princípio sistêmico ou organizacional: sob essa ótica, ao somar os subsistemas das relações ambientais, das organizações estruturais e das ações operacionais do Sistur (BENI, 2004, p. 48), então o todo é mais do que a soma das partes; do contrário, a insuficiência na compreensão do fenômeno turístico, assim como do sujeito produtor, faz com que o todo seja menos do que a soma de suas partes;
- b) o princípio hologramático: nesse princípio, o todo está na parte assim como a parte está no todo; a sociedade produz o indivíduo que produz a humanidade; nessa análise de Morin, há também o princípio do círculo retroativo e recursivo, que, aplicado ao turismo, faz com que o turista em sua dinâmica produza o turismo; ele, por sua vez, produz o turista; o círculo retroativo pode valer também no sentido dos prejuízos que o turismo pode acarretar em um destino. Uma ação degradadora é somada a uma consequência degradadora maior;
- c) o princípio da auto-eco-organização.

Para Morin,

uma nova ordem de complexidade aparece quando o sistema é “aberto”, isto é, quando sua existência e a manutenção de sua diversidade são inseparáveis de inter-relações com o ambiente, por meio das quais o sistema tira do externo matéria/energia e, em grau superior de complexidade, informação. Aqui aparece uma relação propriamente complexa, ambígua, entre o sistema aberto e o ambiente, em relação ao qual é, ao mesmo tempo, autônomo e dependente. (2000, p. 292).

A energia que alimenta esse sistema é o deslocamento do turista, que se autoproduz recursivamente, regenerando o sistema e gerando a auto-eco-organização dentro do princípio b, isto é, o hologramático;

- d) o princípio dialógico e o da reintrodução do conhecimento em todo o conhecimento: de acordo com Morin (2000), esse princípio permite as inter-retroações do sistema, a união de opostos ou a ordem/desordem/interações/organização; assim, entende-se que o ser viajante desaparece quando se considera o fluxo turístico; porém, quando se considera o indivíduo, o fluxo desaparece. Nesse sentido, não se trata de opor um holismo global e vazio ao reducionismo mutilante. Trata-se de ligar as partes à totalidade, pois o paradigma da complexidade permite reunir tudo e distinguir. É o pensamento apto a reunir, contextualizar, globalizar, mas ao mesmo tempo reconhecer o singular, o individual, o concreto. (MORIN, 2000, p. 212-213).

É compreensível que a Teoria Sistêmica, de acordo com Morin, tenha sido somada ao paradigma da complexidade, pois, ao mesmo tempo que a Teoria Sistêmica permite uma generalização dos fenômenos (holismo), a Teoria da Complexidade permite uma análise das partes, das singularidades. Nesse sentido, Moesch (2004) escreve que o turismo e sua complexidade ontológica impõem uma nova forma de pensar, um novo paradigma para seu entendimento. Ele rompe com o fenômeno pré-fasiano da globalização, com a concepção simplista, cartesiana de seu objeto; portanto, “ao buscarmos no paradigma da complexidade um sustentáculo axiológico para seu entendimento, construímos a possibilidade de apreendê-lo como um fenômeno social complexo”. (p. 461).

Se o turista produz o turismo, que o produz, então ele é o elemento central. O ser assume um *status* que transcende o tangível, daí a relevância para análise de outras categorias para a compreensão do turismo como o tempo, o imaginário, a experiência vivida, o espaço, a economia, entre outras. Assim, para Moesch,

a formulação da Teoria do Turismo deve entender que o sujeito cognoscente é o objeto da demanda turística, mas ao mesmo tempo, este sujeito vivencia o objeto e o integra, não havendo uma divisão entre o sujeito turístico e o objeto turístico no processo de consumo, especialmente no momento da produção do objeto quando inserido em seu ecossistema (2004, p. 462).

Tanto para o paradigma da complexidade quanto para a Teoria dos Sistemas, o turismo deve ser considerado um sistema aberto e dinâmico. Cada característica de sua estrutura torna-se um elemento do sistema, conforme modelo proposto na figura 3 (p.12) por Moesch. As categorias de análise, como o tempo e o espaço, propostas por Moesch (2004), transcendem os limites do físico, do empírico, permitindo uma análise dialógica do turismo. Uma outra noção de tempo/espaço se tornou presente a partir do desenvolvimento da tecnologia da informação, que, contudo, não pode ser ignorada pelo turismo, especialmente em tempos pós-modernos, de acordo com Moesch (2004). É evidente que não há a pretensão neste trabalho de desenvolver as categorias de análise do turismo, conforme o modelo proposto na figura 3. Isso seria impossível, uma vez que ele é um sistema aberto e permite a construção/desconstrução e reconstrução de categorias. Uma crítica que se faz também em relação ao espaço nas abordagens turísticas sistêmicas é a ausência de definição, isto é, a falta do olhar geográfico. Cita-se como exemplo o processo de transformação do espaço em território, através da materialização do trabalho humano e dos fatores simbólicos, que normalmente é ignorada pelos pesquisadores do turismo nos processos de criação de roteiros e muitas vezes, reproduzidos nas salas de aula. Entretanto, entende-se que isso é consequência

ainda da abordagem clássica da ciência, que visava decompor tudo em partes para entender o real, generalizando os resultados.

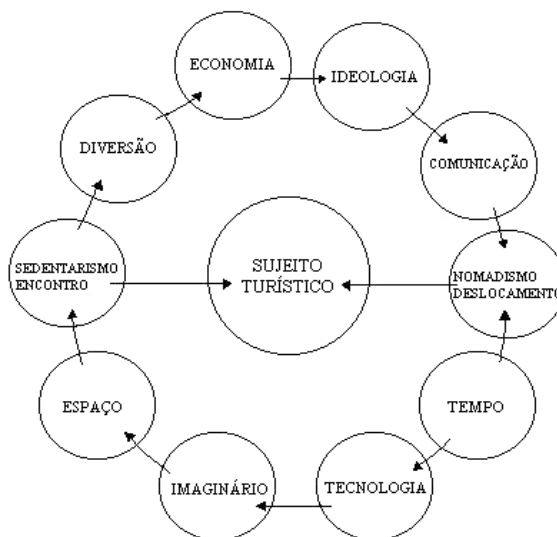


Figura 3: Sistema Turístico Orgânico Hologramático

Fonte: Moesch (2004, p. 456)

Embora a ênfase dada no curso deste trabalho seja para a categoria da economia, especialmente pela importância a ela atribuída pelos autores sistêmicos, o que se quer mostrar é uma transcendência ao valor estritamente monetário da oferta turística (produto), em que, de um lado, está o sujeito (demanda) e, de outro, o objeto (oferta).

Para Lemos,

se o sujeito do turismo é o homem, o objeto, na visão em análise, é a negação desse mesmo homem, e a materialização do seu trabalho (equipamento, empresa e bem). Mas o que essas formas aparentes escondem? Que são relações sociais de produção e, portanto, que têm origem no homem. Assim o círculo se fecha, objeto e sujeito têm o mesmo núcleo e, em essência, são o mesmo. (2005, p. 60).

Na visão desse autor, “o consumo de bens é um dos meios, mas não a essência do turismo [...], analisar o turismo pelo consumo de bens leva ao reducionismo do utilitarismo neoclássico, segundo o qual o homem assume a figura do *homo mercator*”. (p. 60).

Um turismo mais humano, menos comercial, também vai ao encontro do que Maffesoli (2001) chamou de nomadismo na pós-modernidade. Ele escreveu que, diante de uma sociedade positivista, lisa, e diante de um desenvolvimento tecnológico, com uma ideologia econômica reinando, a sociedade expressa uma necessidade do *vazio*, da perda e de tudo o que foge à fantasia da cifra. Com uma outra perspectiva econômica do turismo, Lemos (2005) buscou, a partir da definição do valor turístico, baseado nos conceitos de valor de

Ricardo⁴ e Marx,⁵ construir um escopo teórico para a economia do turismo,⁶ baseado em quatro processos: agregação, transformação, cancelamento e valorização do valor turístico. Sua definição do valor turístico foi a de que ele é o conjunto das relações sociais espacialmente estabelecidas e historicamente em reprodução, “capaz de gerar um sistema organizado que consiga transformar e agregar esse valor de maneira que tenha força de atração, de hospitalidade e de interação para segmentos sociais de outras localidades”. (LEMOS, 2005, p. 88).

Se a dinâmica de um turismo sustentável, isto é, um turismo de longo prazo, distante da visão economicista neoclássica, manifesta-se a partir das relações sociais em determinado núcleo, então é a partir da organização social endógena (núcleo), que ele é possível. Assim, o produto turístico transcende o valor monetário estipulado pelos agentes e atores do sistema turístico, e as relações também ultrapassam a dinâmica da compra e venda. O produto turístico torna-se um serviço que, através do processo de cancelamento (LEMOS, 2005), transforma-se em uma experiência. Assim, se poderia definir um produto turístico como sendo um compósito de fatores sociais, como um produto/serviço/experiência (PSE),⁷ conforme figura 4.

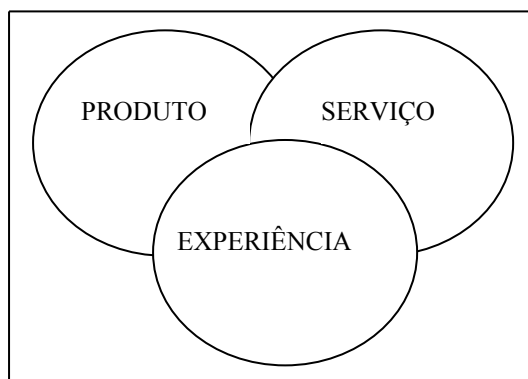


Figura 4: Produto turístico (PSE)

Fonte: Elaborada pelo autor.

Um produto turístico já não pode ser tratado apenas como resultado de um processamento para ser consumido, uma vez que o turismo se dá na relação social existente entre visitantes e visitados em uma comunidade. Há uma experiência do visitante ao usufruir determinado espaço e serviço, que será determinante para a sustentabilidade de um destino

⁴ RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril, 1982.

⁵ MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril, 1983.

⁶ Segundo esse autor, “a economia do turismo é definida como o estudo da origem e da formação do valor turístico, bem como da sua transformação em renda, mediada pela produção e pelo consumo, e a forma como esta se distribui na sociedade”. (p. 86).

turístico. Um produto, constituído dessa maneira, justifica a análise de outras categorias, como o imaginário, a experiência, entre outras, apresentadas por Moesch (2004), na figura 3. A experiência retroage sobre o produto, produzindo o turismo e sendo produzida por ele.

2. Para não concluir

A perspectiva sistêmica do turismo foi significativamente importante para o avanço do turismo, tanto na sua prática quanto em teoria, especialmente a construção de Mario Beni, na sua Análise Estrutural do Turismo para o Brasil. Considerando algumas limitações nesse campo de análise e fazendo-se uma reflexão teórica, propõe-se a teoria da complexidade somada a abordagem sistêmica, como forma de re-posicionar o sujeito turístico perante seu objeto. Sessa havia apontado que não são as mercadorias que se deslocam, mas os sujeitos, humanizando a prática turística. Todavia, a teoria da complexidade permite analisar as singularidades e o todo, mas sem pretensões de obter verdades absolutas. Insere ainda o sujeito na análise, seu olhar e características subjetivas, diferindo da ciência clássica que propunha a tentativa de separação e o isolamento para não “contaminar” a análise. Ora, o isolamento não seria, por sua vez, uma atitude voluntária do sujeito? Esta análise é proposta para o turismo, como sujeito produtor e produto do turismo, como ser auto-eco-organizador do fenômeno, considerando o eco na relação de autonomia e dependência, isto é, o desejo de se deslocar, de conhecer, ao mesmo tempo em que o sujeito tem o desejo de retornar ao seu local cotidiano. Espera-se que essa proposta possa gerar debates no aprofundamento teórico e prático no campo turístico, ou mesmo orientar para uma bibliografia complementar. Não tem caráter conclusivo ou quem sabe pode ser ponto de partida, mas é apenas processo como todo final.

3. Referências Bibliográficas

BENI, Mário C. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Senac, 2004.

BERTALANFFY, Ludwig Von. *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes, 1975.

DE MASI, Domenico. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

LEMONS, Leandro de. *O valor turístico na economia da sustentabilidade*. São Paulo: Aleph, 2005.

MAFFESOLI, Michel. *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril, 1983.

MOESCH, Marutschka M. *Epistemologia social do turismo*. 2004 Tese (Doutorado)-ECA USP, São Paulo, 2004.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa. Instituto Piaget, 1990.

_____. *Ciência com consciência*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-L. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000.

MOLINA, Sérgio. *Conceptualización del turismo*. México: Limusa, 2000.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril, 1982.

RIFKIN, Jeremy. *O sonho europeu: como a visão européia do futuro vem eclipsando silenciosamente o sonho americano*. São Paulo: Makron Books, 2005.

SESSA, Alberto. *Turismo e política de desenvolvimento*. Porto Alegre. Uniontur, 1983.

VALDUGA, Vander. *O processo de desenvolvimento do enoturismo no Vale dos Vinhedos*. 2007. Dissertação (mestrado) – UCS, Caxias do Sul, 2007.